

ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA COM FOCO NO CAPITAL DE GIRO, DA LOJA PARAÍSO, LOCALIZADA EM CAFELÂNDIA/ PARANÁ

PINHEIRO, Fabio Frontino Da Silva¹

MOTTER, Gabriel²

IANESKI, Patricia³

DONDONI, Paulo Cezar⁴

ZANINI, Weslen de Almeida⁵

Resumo: O presente artigo tem como tema a análise econômica financeira da loja Paraíso, de Cafelândia/PR, com foco no capital de giro. Tem como objetivo geral estudar e avaliar os resultados econômicos e financeiros da empresa nos anos de 2013/2015. O problema de pesquisa é: Poderá a análise dos balanços através dos indicadores econômicos ser necessária para avaliação dos resultados financeiros do negócio? Para a realização deste artigo, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a exploratória e, também, o estudo de caso como metodologia, também utilizou-se a pesquisa descritiva e documental. Buscou-se, ainda, fundamentar a análise dos balanços com os indicadores econômicos, para que os recursos disponíveis sejam capazes de garantir a sequência natural das operações da empresa. Assim, foram utilizados, principalmente, como aporte teórico Gitman (2006), Silva (2013) e Assaf Neto (2014). Com base nos resultados dos indicadores, percebeu-se que, mesmo com o aumento da inflação, a empresa em questão se manteve sólida em suas operações. Concluiu-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados e que esta é de grande importância para os gestores das pequenas empresas, pois podem utilizar esses métodos descritos neste trabalho a fim de contribuir na tomada de decisão. Isso garante a realização dos negócios dentro dos parâmetros condizentes com a capacidade da empresa de se manter em solvência.

Palavras-chave: Indicadores econômicos, capital de giro, administração financeira.

1 INTRODUÇÃO

A administração financeira vem se tornando cada vez mais necessária ao desenvolvimento de uma empresa em decorrência das exigências ou da sensibilidade diante das mutações do mercado, seja ele interno ou externo. A administração financeira se preocupa com entradas e saídas de recursos, orçamentos, previsões, análise de investimentos, captação de fundos e administração de caixa.

¹ Acadêmico do 4º ano do curso de Administração da FAC. fabio_pinheiro_silva@hotmail.com

² Acadêmico do 4º ano do curso de Administração FAC. gabriel.motter@hotmail.com

³ Acadêmica do 4º ano do curso de Administração da FAC. paty_ianeski@hotmail.com

⁴ Orientador. pcdondoni@utfpr.edu.br.

⁵ Co-orientador. weslen_zanini@hotmail.com.

Considerando que a administração financeira é uma atividade direcionada por objetivos e metas, o profissional dessa área deve ter um conhecimento amplo de mercado, o qual servirá como importante apoio referencial na avaliação e tomada de decisões dentro de uma organização.

Sobre isso, Gitman (2006, p. 11) salienta que:

As decisões de investimento determinam tanto a composição quanto os ativos das empresas. As decisões de financiamento determinam tanto a composição quanto os tipos de recursos financeiros, usados pela empresa. Esses tipos de decisão podem ser convenientemente visualizados com a ajuda do balanço da empresa, as decisões são realmente tomadas com efeito de seus fluxos de caixa sobre o valor da empresa.

Para que o administrador financeiro tenha condições de selecionar as decisões financeiras levando em conta os objetivos da empresa e, também, a tomada de decisão mais racional, este deve avaliar os dados e os impactos causados no planejamento.

À medida que os gestores gerenciam suas organizações sentem a necessidade de medir ou avaliar como as suas unidades de negócios criam valor para os clientes, pois, geralmente, a preocupação principal das organizações de negócios está voltada para a medição, avaliação e controle de seus resultados. O efetivo controle do capital de giro, que é uma ferramenta fundamental dentro de uma empresa, garante a adequada colocação da política de estoque, compra de materiais, produção, vendas de produtos e prazo de recebimento. Portanto, o balanço é peça essencial nessas avaliações, ainda que com certa carga de subjetividade.

Nesse contexto, destaca-se que o problema de pesquisa aqui levantado é: a análise dos balanços através dos indicadores econômicos é necessária para a compreensão e avaliação dos resultados financeiros do negócio com foco no capital de giro.

Justifica-se a necessidade deste estudo tendo em vista a importância da análise econômica financeira, com foco no capital de giro, em uma empresa como a Paraíso. Nela serão apurados os conceitos de avaliação e análise dos balanços, bem como a identificação do capital de giro, do ponto de equilíbrio e do ciclo operacional para o aperfeiçoamento da administração dos recursos financeiros da empresa. Considerou-se relevante essa avaliação porque grande parte das empresas que entram em falência não faz uso desses recursos de maneira adequada.

Em síntese, esta pesquisa contribuiu à estruturação e análise dos balanços para a gestão do negócio. Em outras palavras, colaborou, por meio de uma seleção de indicadores,

ao avaliar como uma espécie de “raio X”, a *performance* das atividades econômicas da empresa, buscando aprimorar as operações de suas atividades. Também servirá como base de estudo para todos aqueles que se interessarem no assunto.

Como organização do artigo, na próxima seção será trazida a fundamentação teórica, na qual são discutidos os principais conceitos da área. Em linhas gerais, destacam-se como principais teóricos deste trabalho Wernke (2004), Gitman (2006), Silva (2013) e Assaf Neto (2014). Em seguida, explicita-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. Ressalta-se que, em consonância com o tema proposto, realizou-se neste estudo, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica e exploratória, bem como, em um segundo momento, um estudo de caso. Na terceira seção, faz-se a apresentação e análise dos dados para, em um último momento, realizar as considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo dos negócios nos remete à necessidade de entendimento dos objetivos e dos resultados de uma unidade econômica. Assim, a análise financeira precisa de um enfoque histórico apontando seus investimentos e resultados.

A administração financeira de uma organização está diretamente ligada a um gerente financeiro ou a um alto executivo da empresa, a qual controla atividades como contabilidade de custos, tesouraria, controladoria e auditoria dos processos. Esses profissionais devem estar relacionados às demais áreas, a fim de facilitar a tomada de decisão, como no caso de saber como e onde levantar recursos das mais diversas fontes para a empresa.

Na Gestão de Negócio, a administração financeira possui um conjunto de elementos organizados para um determinado fim, tais como índices de atividade e índices de rentabilidade. Já as informações gerenciais consistem em ordená-lo e aplicá-lo no gerenciamento da atividade empresarial.

Outro conceito importante neste trabalho é o de margem de contribuição, o qual, conforme Wernke (2004, p.62), trata-se do “[...] volume de vendas necessárias para superar as vendas que foram calculadas no ponto de equilíbrio, podendo calcular o quanto as vendas podem cair sem que a empresa tenha prejuízo”, ou seja, margem de contribuição é a diferença entre as vendas, os respectivos custos e as despesas variáveis de um determinado período, o que só ocorre devido à venda de uma mercadoria ou serviço.

Martins (2003, p.179) conceitua margem de contribuição como sendo:

[...] a diferença entre o preço de venda e o custo variável de cada produto, ou seja, é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre a sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputado sem erro.

Desse modo, a contribuição significa quanto do valor das vendas colabora para o pagamento das despesas e para a formação do lucro. Se a margem de contribuição não é conhecida, a empresa pode até vender muito, porém obtendo prejuízo. Por isso, o gestor deve ter conhecimento do assunto, o que é essencial para a tomada de decisões, além de aperfeiçoar a situação financeira e realizar uma análise conjugada aos ciclos econômicos da empresa.

A sequência natural das operações das empresas é a conversão dos ativos circulantes em caixa ou, em outras palavras, a empresa compra matéria-prima, industrializa-a, transforma-a em produto acabado e, por fim, vende os produtos e gera o caixa.

Para Ross, Westerfield e Jaffe (2002), as atividades operacionais geram, muitas vezes, padrões que não estejam em conformidade ou incertos sobre as entradas e saídas de caixa. Não estará em conformidade quando for adquirida e paga as matérias-primas, essa operação não é feita ao mesmo tempo em que se recebe o dinheiro respectivo à venda do produto. Geram-se incertezas pelo fato de que as vendas e os custos futuros não são concretos.

Para as organizações, quanto menor for o ciclo operacional, menor valor a empresa terá que utilizar de seu capital de giro para pagar alguma atividade. Logo, é preciso que se ajustem os ciclos operacional e financeiro para que todos os custos e as suas necessidades sejam pagas com menor dispêndio possível.

Além do ciclo operacional, há nas organizações o ciclo financeiro e o econômico. O primeiro, segundo Assaf Neto (2014, p. 652), “[...] identifica as necessidades de recursos da empresa que ocorrem desde o momento do pagamento aos fornecedores até o efetivo recebimento das vendas realizadas” enquanto o segundo “[...] engloba fundamentalmente toda a base de produção da empresa, ou seja, estocagem de matérias-primas, fabricação e venda. É o período verificado entre as entradas de matérias-primas adquiridas e a venda de produtos acabados” (ASSAF NETO, 2014, p. 652).

É também relevante pontuar o que se compreende aqui por ponto de equilíbrio, entendendo-o como um indicador de segurança do negócio, pois mostra o quanto é necessário vender para que as receitas se igualem aos custos. A partir das projeções de vendas do empreendedor, ele indica em que momento a empresa estará igualando as suas receitas e seus custos. Com isso, é eliminada a possibilidade de prejuízo em sua operação (SEBRAE, 2016).

Para avaliar a análise do ponto de equilíbrio, primeiramente, visualizam-se as receitas em relação aos níveis operacionais para, então, verificar o lucro e o prejuízo - ambos devem fixar em zero. A partir disso, o gestor analisará o desempenho da empresa, podendo atingir a margem necessária para obter o equilíbrio e gerar resultados positivos.

De acordo com Dutra (2003, p. 336) o ponto de equilíbrio:

[...] também é chamado de ponto de ruptura, ponto de nivelamento, ponto crítico ou ponto de quebra. No ponto de equilíbrio, a empresa está produzindo somente o suficiente para cobrir seus gastos, com isso, a organização não está apresentando nem lucro nem prejuízo, ela está produzindo o necessário para que não sofra prejuízos.

Nesse sentido, o ponto de equilíbrio funciona como um indicador de segurança, tendo em vista que, a partir dele, o administrador financeiro considera o quanto será necessário vender para que as receitas se igualem aos custos e sejam evitados os prejuízos. Antes mesmo de a empresa realizar alguma operação, é possível averiguar o valor da receita para cobrir o investimento naquela determinada operação. Caso não consiga cobrir os custos, será necessário buscar um meio para poder atingir um novo ponto de equilíbrio. Portanto, não basta apenas ter um valor mínimo em caixa, visto que se faz preciso determinar algum custo ou aumentar preços para haver lucro na empresa.

Atualmente, torna-se cada vez mais necessário que as empresas apresentem uma gestão financeira eficiente, considerando as diversas movimentações de entradas e saídas de caixa, as quais devem ser analisadas e monitoradas constantemente a fim de evitar possíveis desvios. Para esse controle existe uma ferramenta chamada de fluxo de caixa, a qual projeta as entradas e saídas dos recursos financeiros de uma empresa. Seu objetivo é de verificar como está o saldo financeiro da empresa e elaborar estratégias para obter sucesso, analisando sobras e faltas antes mesmo que ocorram e, assim, planejar melhores ações.

Assaf Neto (2014, p, 670) define fluxos de caixa como “[...] recursos que transitam (entram e saem) pelo caixa em determinado intervalo de tempo”. Com um fluxo de caixa eficiente, o gestor poderá planejar melhor as suas ações e ter maior controle sobre como a sua empresa está trabalhando.

Já para Ross, Westerfield e Jaffe (2002, p. 43):

[...] o fluxo de caixa das operações é gerado pelas atividades da empresa, incluindo vendas de bens e receitas de prestação de serviço. O fluxo de caixa das operações reflete o pagamento de impostos, mas não financiamento da empresa, seus gastos de capital ou variações do capital de giro líquido.

Contudo, é preciso tomar algumas decisões de ações, ou seja, conhecer os reais números que a empresa apresenta, onde a gestão financeira deve trabalhar cuidadosamente e executar planos, avaliando-os e os acompanhando para que a empresa se prepare para eventuais dificuldades futuras.

Conforme afirmam Ross, Westerfield e Jaffe (2002, p. 44), o fluxo de caixa, “[...] em geral, deve ser positivo; uma empresa estará em dificuldades se o fluxo de caixa das operações for negativo por prazo longo, pois não estará gerando dinheiro suficiente para cobrir os custos de operação”.

Destaca-se, ainda, a concepção de receita operacional bruta, a qual corresponde às vendas dos produtos e serviços da empresa pelo valor da nota fiscal, incluindo o valor dos impostos ICMS, IPI, ISS, servindo de base para determinados índices financeiros como, por exemplo, as duplicatas a receber de clientes.

Padoveze (1991, p. 71) assegura que “[...] a finalidade de se apresentar a receita operacional bruta é para dar base a determinados índices financeiros, notadamente aos que se relacionam com análise de Duplicatas a Receber de clientes”. Em contrapartida, a receita operacional líquida corresponde ao valor das vendas dos produtos e serviços da empresa sem os impostos incidentes sobre as compras, sendo considerada, portanto, a receita das vendas, pois, “[...] os valores do custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos já estão sem os impostos incidentes sobre as compras” (PADOVEZE, 1991, p. 71).

À respeito do levantamento dos custos dos produtos vendidos, Padoveze (1991) pontua que este está estritamente ligado aos estoques da empresa, na medida em que representam a baixa efetuada no estoque por vendas realizadas no período.

Conforme Padoveze (1991), por sua vez, remete-se às empresas industriais, que recebem matéria-prima, industrializam o produto, tornando-o, assim, um novo produto. Em síntese, os componentes básicos do custo do produto vendido são os seguintes:

- Matéria-prima e componentes;
- Materiais auxiliares;
- Mão de obra industrial direta;
- Mão de obra industrial indireta;
- Despesas gerais de fábrica;
- Depreciação do parque industrial;

O custo dos produtos vendidos são, basicamente, resultado das somas das despesas para produzir e armazenar uma determinada mercadoria até a concretização da venda. Dado esse que é importante para o cálculo do lucro bruto.

Nesse sentido, consideram-se como despesas operacionais todas aquelas que são necessárias para o funcionamento das empresas, a saber: as despesas do custo das vendas, as administrativas, de comercialização, de salários, de energia elétrica, de serviços de terceiros, de manutenção, de comissão, de equipamentos, de comunicação, de água, de material de expediente, tributárias, etc. (PADOVEZE, 1991). Esse tipo de despesas operacionais ou custos operacionais são considerados custos indiretos, visto que se destinam ao bom funcionamento da empresa, porém não consta como um investimento feito por ela.

O capital de giro para a administração financeira é um recurso exigível nas empresas, independentemente de seu nível, pois reflete em seu crescimento, lucratividade e em suas estratégias de financiamento. Administrar o capital de giro significa abranger um amplo campo nas tomadas de decisões, as quais visam à segurança da liquidez e aos lucros, o que torna a empresa sólida internamente, competitiva no mercado e com potencial para expandir seus negócios.

Para analisar o capital de giro, é necessário fazer um levantamento de como estão e como são classificados os ativos e passivos circulantes dentro da empresa (ASSAF NETO, 2014). Os ativos circulantes representam os investimentos totais que circulam dentro da empresa nos processos diários das suas operações. Já o passivo circulante se refere às dívidas alocadas de um período a outro, os valores a serem pagos aos fornecedores, aos funcionários, ao Governo, etc.

Sobre isso, Gitman (2006, p.510) esclarece que:

Como a maioria das empresas é incapaz de igualar entradas a saídas de caixa, com certeza é necessário que disponham de ativos circulantes em volume superior às saídas exigidas pelos passivos circulantes. Em geral, quanto maior a margem entre os ativos circulantes e os passivos circulantes, maior é a capacidade de pagar as contas quando vencem.

O capital de giro, nesse contexto, é a diferença entre os ativos circulantes e os passivos circulantes.

Ross, Westerfield e Jaffe (2002, p. 599) mencionam que:

Ativos circulantes são saldos de caixa e outros ativos que se espera converter em numerário dentro do prazo de um ano. Os ativos circulantes são apresentados no balanço por ordem de liquidez contábil – a facilidade com a

qual podem ser convertidos em caixa a um preço justo e o prazo necessário para tanto.

Já em relação aos passivos circulantes, esses mesmos autores (2002) afirmam que estes se referem ao financiamento a curto prazo, que são as dívidas da empresa as quais devem ser pagas em um ano, no máximo. Para esses teóricos (2002, p. 599):

Os passivos circulantes são obrigações que devem exigir pagamento em dinheiro no prazo máximo de um ano ou dentro do ciclo operacional, qualquer que seja o período mais curto. Os três principais itens encontrados nos passivos circulantes são: contas a pagar; salários a pagar, impostos a recolher e outras despesas a pagar.

Devido às constantes mudanças no cenário econômico, o capital de giro deve ser acompanhado e monitorado frequentemente. Contudo, isso pode influenciar na tomada de decisões das empresas no seu dia a dia, tanto em relação às vendas e contas a receber, quanto sobre o pagamento de fornecedores e salário dos funcionários.

Um dos maiores desafios para os administradores financeiros é o adequado cálculo da necessidade de capital de giro, pois quando seu volume se apresentar elevado poderá desviar recursos financeiros, os quais possivelmente seriam utilizados nos ativos permanentes da empresa. Entretanto, quando o capital de giro se mostrar bastante reduzido limitará a capacidade de operação e de vendas da empresa. Portanto, a necessidade de capital de giro pode ser estimada com embasamento no ciclo financeiro ou por meio da análise do balanço patrimonial da empresa.

A necessidade líquida de capital de giro sempre será de valor inferior ao de capital giro, visto que este analisa todas as contas do ativo circulante e aquele verifica apenas as contas operacionais tanto no ativo, quanto no passivo. É importante salientar que a decisão do investimento deve levar em conta os riscos esperados, o retorno e, também, os princípios éticos.

Conforme Silva (2013, p. 264), “[...] a estrutura de capitais de uma empresa envolve a composição de suas fontes de financiamento. Os fundos aplicados em ativos (circulantes e não circulantes) são provenientes dos proprietários da empresa, ou de terceiros”. Quando se trata de análise de financiamentos, apresenta-se a origem dos recursos da empresa, podendo ser eles por meio de sócios ou acionistas ou de lucro de suas operações e dívida com terceiros. Já, quando for à parte de suas atividades operacionais para obtenção de recursos, a empresa pode vender participação ou realizar um empréstimo. Nesse contexto, os sócios acionistas e os credores avaliam o retorno e o risco da empresa.

Especificamente no caso da venda de participação, os sócios assumem o risco e esperam o retorno, o qual não é garantido, porque isso depende da capacidade de gerar lucro da empresa. Na alternativa do endividamento, a decisão por emprestar recursos parte do ponto em que o preço desses fundos seja inferior ao rendimento de sua aplicação na empresa. O retorno dos acionistas está, portanto, atrelado ao desempenho futuro da empresa.

A participação de capitais de terceiros em uma organização é formado pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante. Desse modo, se a empresa usa recursos de terceiros, pagando determinada porcentagem por mês, será importante que ela aplique os recursos de maneira a obter um ganho maior em relação ao valor pago ao terceiro.

Isto é obtido através do índice que mede o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido, evidenciando, assim, a dependência da empresa junto aos recursos externos (SILVA, 2013). Para as empresas é interessante a utilização de capitais de terceiros quando o lucro gerado pelos ativos for superior ao custo da dívida. Entretanto, um índice de endividamento elevado é sempre um risco para os credores.

O índice de composição do endividamento apresenta o valor que deverá ser quitado da dívida total da empresa a curto prazo, comparando-o com as obrigações totais. Em suma, quanto mais dívidas a pagar a curto prazo maior é a pressão para cumprir com seus compromissos, visto que é preciso conhecer a estrutura geral da empresa e a participação de capitais de terceiros para entender a capacidade de geração de lucro (SILVA, 2013).

Para Silva (2013), as dívidas com os fornecedores são oriundas de insumos, de matéria-prima, de funcionários devido à mão de obra, de encargos como fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS) e instituto nacional do seguro social (INSS) sobre a folha de pagamento, de impostos pagos ao Governo proveniente do lucro das vendas de produtos, de energia elétrica, e água, de telefone, de aluguel, de empréstimos junto aos bancos (geralmente para o financiamento do capital de giro) e da aquisição de imobilizado. Todavia, as operações da empresa devem gerar caixa suficiente para cumprir com as obrigações de natureza operacional e de financiamentos a longo prazo.

À respeito dos índices de liquidez, Silva (2013) esclarece que eles buscam oferecer um indicador da capacidade da empresa em quitar as suas obrigações, comparando os direitos realizáveis e as exigibilidades, quer dizer, são decorrentes da empresa ser lucrativa, de seu ciclo financeiro, das decisões estratégicas de financiamento e investimento.

A partir disso, o índice de liquidez geral aponta quanto as empresas possuem em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e a longo prazo, em vista de suas dívidas totais. De acordo com o ponto de vista da capacidade de pagamento, quanto maior, for melhor será,

lembrando que é o oposto de imobilização do patrimônio líquido. Pode-se definir esse indicador como sendo o momento em que a empresa resolvesse quitar seus débitos utilizando somente seu disponível e realizável.

Já o índice de liquidez corrente informa quanto a empresa possui em dinheiro somado aos bens e direitos realizáveis a curto prazo (próximo exercício). Se comparado às dívidas a serem pagas no mesmo período, segue no sentido de que quanto maior melhor, ou seja, trabalha como o medidor da saúde financeira da empresa. Isso é válido para empresas de mesmo porte e de mesma atividade e região geográfica quando for utilizado para comparação.

Por outro lado, o índice de liquidez seca informa quanto a empresa tem em disponibilidade (aplicação financeira, dinheiro e depósitos bancários), duplicatas a receber em vista do passivo circulante. Segue a mesma mentalidade da liquidez geral e corrente, analisando-se por meio da capacidade de pagamento, quanto maior melhor.

Segundo Silva (2013), esse índice procura demonstrar a capacidade da liquidez corrente, supondo que os estoques são necessários para a própria atividade da empresa, uma vez que no passado as empresas entravam em falência pelo fato da baixa aceitação do seu produto no mercado, aumentando, assim, os estoques.

Hoje, uma das principais causas da diminuição de compra é a inflação, isto é, o aumento consecutivo e difundido do preço de um produto ou serviço. Ela geralmente é ocasionada devido ao aumento da demanda de compra de um determinado produto, o que, em decorrência disso, reflete no aumento do preço também. Quando a inflação está baixa ocorre a estabilização dos preços dos produtos, bloqueando o aumento. Quem mais perde com a inflação são os consumidores pertencentes às classes sociais mais baixas, os quais, em razão do salário recebido, não conseguem investir em aplicações bancárias diferentemente das pessoas de renda mais alta.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam a presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica consiste em procurar respostas para um problema, o qual representa o interesse de uma sociedade, tendo em vista que os resultados servirão de base para pesquisas futuras, para aprofundar conhecimentos e, até mesmo, transformar realidades. Segundo Gil (2002, p. 17), a pesquisa é “[...] requerida quando não se dispõe de informações

suficientes para responder ao problema ou então quando a informação se encontra em tal ordem de desordem”.

Este trabalho se enquadra no tipo de pesquisa quantitativo, de acordo com Gil (2002), é o estudo feito pelo uso da quantificação e de técnicas estatísticas tanto na coleta de dados quanto no tratamento das informações, almejando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação a fim de garantir a credibilidade das informações. Além disso, fez-se uso também da pesquisa qualitativa, afirma ainda Gil (2002), onde a qual descreve a complexidade de determinado problema a partir da compreensão e/ou classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos. Esta contribui no processo de mudança, na medida em que possibilita o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos sem a mensuração das informações em números.

Quanto aos métodos de pesquisa utilizados, primeiramente foram usados a pesquisa bibliográfica, que consiste na consulta de fontes já elaboradas sobre o assunto investigado e o estudo de caso, conforme Gil (2002) no qual se caracteriza como um estudo de uma realidade específica, com maior profundidade e representatividade. No estudo de caso os resultados são utilizados como hipóteses e não como conclusões e, na atualidade, é o procedimento mais adequado para investigação de um contexto real, pois os pesquisadores desenvolvem e formulam hipóteses para explicar situações muitas vezes não definidas.

Outro método de investigação científica utilizado foi a pesquisa documental, que busca em documentos de primeira mão a sua fonte de consulta. Além desses, fez-se uso da pesquisa descritiva, a qual exige do investigador um grande conhecimento sobre o assunto, relatando os fatos da realidade. Sobre isso, Rudío (2001, p. 71) conceitua que:

[...] a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. [...] a pesquisa descritiva deseja conhecer a natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam.

Nesse sentido, este estudo se delimita aos balanços financeiros da loja Paraíso no período de 2013/2015, onde os dados da pesquisa foram fornecidos pela a empresa, por meio de livros e artigos científicos. Na próxima seção, apresentam-se e se analisam os dados coletados neste trabalho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção serão apresentados os dados coletados e resultados obtidos por meio da pesquisa e correção dos balanços.

4.1 HISTÓRICO DA EMPRESA ANALISADA

A empresa Pequeno Príncipe foi fundada em 16 de março de 2011 e sua inauguração foi em 23 de abril do mesmo ano. Ela é composta por três sócias, sendo o capital social de 33,3% para cada uma.

A empresa passou por uma consultoria do serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) para mudar o seu nome e, então, escolheram o nome Loja Paraíso, por sugerir familiaridade, amor, amizade e boas energias.

A atividade principal da empresa é do ramo de varejo de roupas masculina e feminina, voltada principalmente para adultos.

4.2 BALANÇOS PATRIMONIAIS CORRIGIDOS

Para correção dos balanços (Anexo A) utilizou-se o Índice Geral de Preço Médio (IGPM), conforme tabela abaixo, sendo o ano base de 2015.

Um dos índices que importa nesta análise é o inflator, que tem como função a correção dos valores a uma mesma base monetária, ou seja, incluindo aos valores originais dos balanços os efeitos da inflação nos períodos analisados, conforme se demonstra no quadro 1:

Quadro 1: Índice Geral de Preço Médio

IGPM	2013	2014	2015
ÍNDICE	1.295,6759	1.343,2905	1.484,9309

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

4.2.1. Fórmula de cálculo do índice inflator

Para o cálculo do índice inflator, fez-se uso da fórmula 1 e a partir disso os valores foram divididos por um índice o qual alterou todos os demais. No entanto, para análise dos indicadores de estrutura demonstrarão o mesmo resultado.

Fórmula 1: Fórmula de Cálculo do Índice Inflator

$$\text{Inflator} = \frac{\text{Ano Base}}{\text{Ano a Inflacionar}}$$

Fonte: Silva (2013).

4.3 INDICADORES DE ESTRUTURA

Os indicadores de estrutura permitem na análise financeira analisar a posição de endividamento e capacidade de uma empresa em gerar caixa suficiente para o pagamento de suas dívidas e de dar continuidade às suas operações. A seguir, os quadros com os índices econômicos financeiros.

Quadro 2: Imobilização do Patrimônio Líquido

Fórmula	Anos	Resultado
$IPL = \frac{AP}{PL} \times 100$	2013	0,82%
	2014	2,95%
	2015	1,83%

Fonte: Silva (2013).

Quadro 4: Composição do Endividamento

Fórmula	Anos	Resultado
$CE = \frac{PC}{PC + PNC} \times 100$	2013	100
	2014	100
	2015	100

Fonte: Silva (2013).

Quadro 6: Capital de Giro - CG

Fórmula	Anos	Resultado
$CG = AC - PC$	2013	1.106,52
	2014	1.554,69
	2015	2.354,23

Fonte: Silva (2013).

Quadro 3: Participação de Capitais Terceiros

Fórmula	Anos	Resultado
$PCT = \frac{PC + ELP}{PL} \times 100$	2013	16,91%
	2014	7,21%
	2015	1,33%

Fonte: Silva (2013).

Quadro 5: Liquidez Corrente

Fórmula	Anos	Resultado
$LC = AC / PC$	2013	6,86
	2014	14,47
	2015	74,75

Fonte: Silva (2013).

Quadro 7: Margem de Contribuição

Fórmula	Anos	Resultado
$MC = PV - CV$	2013	1.163,11
	2014	1.135,21
	2015	1.538,70

Fonte: Silva (2013).

Quadro 8: Necessidade Líquida de CG

Fórmula	Anos	Resultado
$NLCDG = ACO - PCO$	2013	-33,06
	2014	-26,44
	2015	-29,11

Fonte: Silva (2013).

Quadro 10: Retorno Sobre Ativos

Fórmula	Anos	Resultado
$ROA = \frac{LL}{AT} \times 100$	2013	42,17%
	2014	30,62%
	2015	38,93%

Fonte: Silva (2013).

Quadro 12: Margem Líquida Sobre as Vendas

Fórmula	Anos	Resultado
$ML = \frac{LL}{Vendas} \times 100$	2013	24,97%
	2014	25,73%
	2015	42,84%

Fonte: Silva (2013).

Quadro 14: Giro do Ativo

Fórmula	Anos	Resultado
$GA = \frac{Vendas}{Ativo}$	2013	1,69%
	2014	1,19%
	2015	0,91%

Fonte: Silva (2013).

Quadro 9: Índice de Cobertura de Juros

Fórmula	Anos	Resultado
$ICJ = \frac{Lajir}{DF}$	2013	12,27
	2014	21,73
	2015	26,26

Fonte: Silva (2013).

Quadro 11: Retorno Sobre o Patrimônio

Fórmula	Anos	Resultado
$ROE = \frac{LL}{PL} \times 100$	2013	49,31%
	2014	32,83%
	2015	30,49%

Fonte: Silva (2013).

Quadro 13: Giro de Estoque

Fórmula	Anos	Resultado
$GE = \frac{CPV}{Estoques}$	2013	157,83
	2014	327,83
	2015	238,78

Fonte: Silva (2013).

Quadro 15: Grau de Endividamento

Fórmula	Anos	Resultado
$EG = \frac{PC + ELP}{Ativo}$	2013	14,56%
	2014	6,91%
	2015	1,34%

Fonte: Silva (2013).

4.4 ESTRUTURA E ANÁLISE DOS DADOS

O balanço patrimonial é considerado a principal demonstração financeira existente, evidenciando a posição financeira da empresa em um determinado momento. Deve ser utilizado como fonte de informação para cortar gastos e prevenir, se for o caso, resultados negativos.

Logo, a administração de uma empresa precisa avaliar os resultados de sua gestão e é nesse sentido que a análise financeira atua, funcionando como uma ferramenta que possibilita a visão abrangente e detalhada dos resultados.

As comparações entre os resultados alcançados com as metas estabelecidas assumem um papel relevante no destino da empresa. Já a ordenação das informações e dos indicadores de estrutura é necessária para o gerenciamento dos negócios atuais e para planos futuros.

Mesmo existindo um sistema informal de informação na empresa, visando a subsidiar o processo decisório, esses registros devem selecionar o tipo de informação que se pretende buscar.

Conforme os dados indicados nos Quadros 2 a 15, os indicadores de estrutura retrataram resumidamente as informações que auxiliaram os gestores na tomada de decisão. Além disso, notou-se que a Imobilização do patrimônio líquido (IPL) cresceu ao longo do tempo, enquanto a Participação de capital de terceiros (PCT) foi reduzida quase em 100% o que demonstra a não utilização de capitais de terceiros.

Também se verificou que a Liquidez corrente (LC) evoluiu. Esse indicador demonstrou que houve uma gradativa melhoria no capital de giro (segundo o Quadro 6). Em contrapartida, ocorreu uma queda considerável no endividamento, portanto, a empresa praticamente não tem dívidas.

De acordo com as informações geradas na pesquisa, viu-se que a necessidade líquida de capital de giro é negativa, composta por contas operacionais do ativo financiadas pelas mesmas do passivo. Além disso, o retorno, tanto do ativo quanto do Patrimônio líquido (PL), praticamente se equivalem, revelando uma boa gestão dos recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados dos indicadores, a empresa demonstrou uma evolução em sua liquidez corrente e, conseqüentemente, o capital de giro apresentou crescimento significativo no ano de 2015 quando comparado aos anos anteriores (2013/2014), diminuindo, assim, o índice de endividamento.

No geral, os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois os gestores forneceram todas as informações necessárias para a análise econômica financeira da empresa, contribuindo para a elaboração do presente artigo.

Concluiu-se, portanto, que os administradores financeiros necessitam ficar atentos a todos os fatos que podem influenciar a gestão financeira da empresa, tanto em relação aos fatores externos, quanto aos internos, tendo em vista que eles têm influência direta na estruturação do planejamento e controle financeiro.

Ao visualizar os resultados da empresa, percebeu-se que, mesmo com o aumento gradativo da inflação, ela se manteve sólida em suas operações diante da adequada utilização das ferramentas da administração financeira. Vale ressaltar que a maioria das empresas não

tem total conhecimento dessas ferramentas e, por isso, acabam, muitas vezes, entrando em falência.

Destaca-se que este artigo não tentou ser um trabalho conclusivo acerca do tema tratado, no sentido que não esgotou as possibilidades de tratar do assunto em questão, sugerindo-se a sua continuidade em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre, LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. 3.ed. São Paulo: Atlas,2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial teoria e prática**. 7 ed. São Paulo: Atlas,2014.

CRUZ, June Alisson Westarb. **Gestão de custos: perspectivas e funcionalidades**. 1 ed. Curitiba: Ibpx, 2011.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence Jeffery. **Princípios de administração financeira**. 10. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

Lobrigatti, Luis Alberto Fernandes. **Margem de contribuição: Quanto sobra para sua empresa?** 2004. Disponível em: <<http://www.sebraerj.com.br/docs/margemcontribuicao.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2016.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clóves Luís. **Manual de contabilidade básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2002.

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/ponto-de-equilibrio,67ca5415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12 ed. São Paulo: Atlas. 2013.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 29 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANEXO A - Balanços patrimoniais corrigidos.

ANEXO A			
BALANÇOS PATRIMONIAIS CORRIGIDOS.			
Período	2013	2014	2015
CIRCULANTE	1.295,16	1.670,14	2.386,15
Disponível	1.288,57	1.667,37	2.383,35
Caixa	1.265,86	1.658,03	2.241,40
Banco conta movimento	4,58	9,34	4,00
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	18,13	-----	137,95
Estoques	6,59	2,77	2,80
Mercadorias para revenda	6,59	2,77	2,80
Permanente	9,13	47,22	43,76
Investimentos	9,13	13,87	12,53
Participação em Outras Empresas	9,13	13,87	12,53
Ativo Imobilizado	---	33,37	31,23
Moveis e utensílios	---	34,52	32,27
(-) Deprec. Acum. Mov. Utens.	---	1,15	1,04
TOTAL DO ATIVO	1.304,29	1.717,36	2.428,87
CIRCULANTE	188,64	115,45	31,92
Financiam. p/ Capital de Giro	148,99	86,24	0,01
Pro-labore a pagar	17,34	16,72	22,70
Hon. Contábeis a pagar	---	2,15	2,20
INSS a recolher	2,14	2,07	2,80
DARF e DAS	20,17	8,27	6,41
Patrimônio Líquido	1.115,65	1.601,91	2.394,75
Capital Social	343,83	331,62	300,00
Lucros ou Prej. Acumulados	221,73	744,43	1.149,16
Resultado do Exercício	550,09	525,86	945,59
TOTAL DO PASSIVO	1.304,29	1.717,36	2.428,87
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE			
Períodos	2013	2014	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.203,20	2.043,31	2.207,30
(-) Deduções das rec. Operacionais			
Darf Simples	63,09 -	73,77 -	84,27 -
Receita Líquida	2.140,11	1.969,54	2.123,03
(-) Custos das Mercadorias Vendidas	1.040,09 -	908,10 -	668,60 -
Lucro Bruto	1.100,02	1.061,44	1.454,03
(-) Despesas Operacionais			
Despesas c/ Pessoal	42,90 -		
Salários e Ordenados	24,36 -	-----	-----
Comissões s/ Vendas	2,88 -	-----	-----

Férias	8,41 -	-----	-----
FGTS	2,35 -	-----	-----
13º Salario Proporcional	2,10 -	-----	-----
Adicional s/ Férias	2,80 -	-----	-----
Despesas Administrativas	456,30 -	500,98 -	484,69 -
Impres. E Mat. de Escritório	0,57-	-----	-----
Alugueis	130,65 -	126,01 -	66,00 -
Donativos e Contribuição	-----	0,16 -	-----
Publicações Diversas	-----		0,30 -
Publicidade e Propaganda	80,23 -	54,05 -	68,45 -
Honorários Contábeis	22,69 -	27,81 -	26,40 -
Materias de Consumo	3,22 -	-----	-----
Materiais Uso e Consumo	-----	4,79 -	19,73 -
Associação de Classe	5,70 -	2,36 -	1,75 -
Retirada de Pro-Labore	167,85 -	225,54 -	242,54
Seguros	3,81 -	11,33 -	6,18 -
Agua	4,06 -	-----	-----
Luz	13,93 -	19,17 -	19,72 -
Telefone	21,76 -	27,89 -	17,39 -
Segurança do Trabalho e Med. Ocupacional	1,83 -	-----	-----
Bens de Pequeno Valor	-----	0,99 -	0,27 -
Serviços c/ Terceiros	-----	0,88 -	
Despesas Certificado Digital	-----	-----	1,75 -
Despesas c/ Alimentação	-----	-----	0,29 -
Taxas Diversas	-----	-----	3,92 -
Despesas Com Expositor	-----	-----	10,00-
Despesas Tributarias	12,45 -	13,29 -	3,82 -
Impostos e Taxas	8,94 -	6,39 -	-----
IOF	3,41 -	4,53 -	3,20 -
Multas	0,10 -	2,37 -	0,62 -
Depreciação	-----	1,15 -	-----
Despesas Financeiras	41,69 -	23,72 -	18,60 -
Juros Passivos	3,45 -	2,44 -	-----
Juros Bancários	33,86 -	15,96 -	11,51 -
Comissões/ Desp. Bancarias	4,30 -	5,17 -	7,07 -
IR s/ Aplic. Financeira	0,01 -	0,01 -	0,02 -
IR s/ Juros Capital Próprio	0,07 -	0,14 -	-----
(-) Receitas Financeiras	3,41	3,27	1,33
Receitas s/ Aplic. Financeira	0,17	0,30	0,33
Juros s/ Capital Próprio	0,48	0,91	-----
Sobras Distribuídas	2,76	2,06	-----
Outras Receitas Operacionais	-----	-----	1,00
Lucro Liquido do Exercício	550,09	525,86	945,59

